

MÊS	TEMÁTICA
julho	Direito a Memória - EMUSE
out	Direito a Cidades

nov

Igualdade Racial

Dez

Culturas Populares e
Tradicionais

Juventude

Trabalhadores da Cultura

Janeiro 2024

Cultura e Educação

Cultura LGBTQIA+

Cultura Digitais

Cultura e Povos do Campo,
Águas e Florestas

Acessibilidade Cultural

Culturas Periféricas

Fev-2024

	Cultura Infância
--	------------------

Quad

Em caso de dú

DATA E LOCAL	QUANT. PART.
07/07/2023 - Cachoeira	
25/10/2023 - Brasilia	

23/11/2024 - Salvador

135

13 a 17/12/2023 - Alto Paaiso / GO

93

22/11/2023
Virtual

22 a 24/01/2024
São Paulo

15/01/2024 - virtual

30 e 31/01/2024
Belo Horizonte / MG

24 a 26/01/2024
Virtual

30,31/01 e 01/02/2024
Fortaleza / CE

02 a 04/02/2024
Rio de janeiro

20 e 21/02/2024 - Niterói

23 a 24/02/2024 - Canoas ou São Leopoldo - RS

ro Referencial - Conferências Temáticas

vidas procurar - Vinicius Alves (DSNC/SCC) e Mukaila Manika (DSNC/SCC)

PROPOSTAS P/ 4CNC

Museus, pontos de memória e patrimônio - 92 priorizações

Criar, preservar, divulgar e promover o acesso a museus, pontos de memória e patrimônios materiais e imateriais, ampliando e normatizando espaços de guarda, conservação e pesquisa de acervos e revitalizando os espaços de rito, festa e cerimônias culturais e/ou tradicionais, de modo a valorizar novas memórias e narrativas.

Valorização da diversidade cultural - 78 priorizações

Reconhecer as iniciativas e lutas das populações apagadas da história oficial, divulgando nas escolas, museus e universidades a importância das culturas invisibilizadas e possibilitando que as vozes silenciadas e desprezadas se manifestem através de marcos legais, políticas públicas, programas e projetos que promovam a história, memória e cultura dos oprimidos.

Acessibilidade - 66 priorizações

Que o Ministério da Cultura reveja posturas capacitistas e reforce o cumprimento da legislação de acessibilidade junto aos espaços museais, valorizando as pessoas com deficiência.

1. Investir na gestão, sustentabilidade e fomento de projetos culturais como políticas de Estado e na capacitação dos sujeitos na periferia para acesso a esses projetos, mestres e mestras do saber popular reconhecidos a partir dos 20 anos de atuação e conhecimento de acordo com a conferência de 2010

2. Estimular a criação e manutenção dos equipamentos culturais locais, sobretudo nas periferias e promover o acesso a essa população (periferia) aos equipamentos culturais centrais;

3. Valorizar o patrimônio cultural popular por meio da revisão e simplificação dos processos de tombamento e registro e ações de preservação e salvaguarda.

Proposta 01 - Construir uma política interministerial entre Cultura e Segurança Pública, que reconheça a existência e ação do racismo estrutural como a base para a construção e elaboração de políticas públicas de reparação, e que o seu enfrentamento e combate, considere as várias camadas e dimensões, valorizando as tradições negras e indígenas e com especial destaque na construção de um outro modelo de segurança pública.

Proposta 02 - Garantir a Reparação por meio de ações mais assertivas como a implementação de políticas afirmativas e a exigência da presença de pessoas no corpo dos conselhos de cultura, que possuam a vivência e identidade cultural, nos seus respectivos territórios, estimulando a presença de agentes culturais negras, indígenas, LGBTQIAPN+, PCD etc

Proposta 03 - Criação do Programa Nacional de Formação Continuada para jovens de territórios tradicionais e periféricos, se inspirando em práticas culturais negras, indígenas, quilombolas, dentre outras comunidades tradicionais

PROPOSTA 1

Criação do Programa Nacional para as Culturas Populares e Tradicionais, de forma conjunta com outros Ministérios, dialogando e criando linhas de ações em parceria com Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério da Combate à Fome, Ministério do Turismo, Ministério do Trabalho, Ministério da Comunicação e Conselho Nacional dos Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável reativando o Colegiado de Culturas Populares e Tradicionais para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa, passando a incluir outros ministérios, paritário, entre Sociedade Civil e Poder Público

PROPOSTA 2

2% do orçamento público federal para o MinC; 2% do orçamento público estadual para as secretarias de cultura e 2% dos orçamentos municipais para a cultura; 30% da Política Nacional Aldir Blanc voltado para as culturas populares e tradicionais, patrimônio imaterial e periferias, enquanto ação afirmativa, sendo 5% desse recurso distribuído por meio de busca ativa executada pela sociedade civil.

PROPOSTA 3

Garantir a aprovação da lei dos mestres e mestras com bolsas vitalícias considerando a trajetória e o reconhecimento comunitário acima de 50 anos.

- 1) Criação de casas de cultura, que fomente a formação de atores e atrizes para eventos culturais, e, formação de técnicos de som, luz e palco, para a realização desses eventos e gerar emprego, com disponibilidade de bolsas de estudos para os integrantes da casa de cultura.
- 2) Fomento de políticas de disseminação da cultura afro-brasileira no contexto escolar e aparelhos públicos para que assim possamos garantir que nossos direitos sejam assegurados, conforme a lei nº 10.649 de 09 de janeiro de 2004, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação de fato funcione.
- 3) CASAS DE CULTURA PARA A JUVENTUDE: espaços que promovam o desenvolvimento social para jovens e que promovam/potencializem/ as ações culturais realizadas em comunidades periféricas, valorizando as manifestações culturais de grupos minorizados e periféricos, de forma a potencializar, legitimar e garantir o espaço para a produção cultural negra e periférica, além de contribuir para o enfrentamento à violência de gênero, raça e classe e respeitando a pluralidade cultural e as especificidades de cada comunidade.

Política Pública Nacional para as/os trabalhadoras/es de Cultura, Artes e Áreas Técnicas; na qual esteja prevista a criação do Estatuto da Cultura e das Artes do Brasil com as seções especiais para os povos originários, afro-brasileiros, periféricos, povos e comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres e mulheres negras, assentadas/os, migrantes e demais grupos em situação de vulnerabilidade, censo e o mapeamento com busca ativa e cadastro nacional das/os trabalhadoras/es de Cultura, Artes e Áreas Técnicas.

Participação e governança da/os trabalhadoras/es da cultura, das artes e áreas técnicas na construção das políticas públicas mantendo a relação tripartite (Trabalhadores, Empresários e Estado).

Consolidação das leis do setor de cultura, artes e áreas técnicas com a fiscalização, governança, atualização e complementação de todas as leis existentes, com o recorte especial para a lei 6533/78, para garantir a seguridade social.

Criação e implementação do Programa Nacional de Formação e Qualificação de Cultura e Artes do Sistema Nacional de Cultura, com orçamento específico, reconhecendo as responsabilidades da administração pública direta e indireta nos três níveis da federação, com foco no atendimento das demandas da sociedade civil, com atenção aos povos originários, afro-brasileiros, periféricos, povos e comunidades tradicionais, lgbtqiapn+, pessoas com deficiência, mulheres, assentados/as e demais grupos em situação de vulnerabilidade, demandas do mundo do trabalho da cultura, artes e áreas técnicas do setor, considerando indicadores sócio-culturais, artísticos e territoriais, em diálogo com contextos de educação formal e não formal

1. Presença de bibliotecários e criação de bibliotecas escolares;
2. Fortalecimento de uma política que foque a formação de mediadores e profissionais de leitura na biblioteca escolar;
3. Dinamização de bibliotecas públicas;
4. e criar fundos para a criação de um programa que fomente a acessibilidade cultural nas escolas.

1) Incluir a cultura LGBTQIA+ em todos os espaços de decisão da política cultural ligadas ao MINC, como: Conselho Nacional de Cultura, CNIC, Conselho IBRAM, Conselho de Patrimônio, além de retomar o Comitê Técnico de Cultura LGBTQIA+ ligado agora a Secretaria Executiva

2) Criação, de um Programa Interministerial envolvendo o MinC, MDHC, SECOM e MTE, que pautado no Comitê de Patrocínio das Estatais Federais, o financiamento de um projeto estratégico para mapeamento de artistas, agentes culturais, pessoa trabalhadora da cultura, coletivos e organizações LGBTQIA+, visando o desenvolvimento econômico do setor artístico e cultural LGBTQIA+, focado na formação e profissionalização da cadeia produtiva da economia solidária e criativa protagonizada por nossa comunidade, que abranja a qualificação continuada para o nosso acesso direto e indireto, atuando na mitigação das desigualdades presentes na nossa população, priorizando assim a produção trans, travesti e pessoas não-binárias, valorizando também as produções pretas, de pessoas com deficiência, periféricas, do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e garantido a interseccionalização necessária na nossa população assim como para a gestão e manutenção dos recursos.

3) Criação de uma Política Pública Nacional de Patrimônio e Memória Cultural LGBTQIA+ contemplando a criação e manutenção de um Centro de Referência Nacional de Memória e Museologia Social LGBTQIA+ que possibilite a criação e manutenção de espaços físicos de memória, em todo o território nacional (não se limitando às capitais e grandes centros); que guarde e registre documentos (físicos e digitais), memórias e fazeres da comunidade LGBTQIA+; que promova o reconhecimento da cultura transformista/drag e das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ em sua diversidade territorial (periféricas, interioranas, litorâneas e capitais) como patrimônios imateriais e mapeie outras manifestações LGBTQIA+ que possam ser

1 Inclusão da Cultura Digital como parte das competências da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério da Cultura

2 Permacultura Digital no MinC: Incentivo ao uso de Tecnologias Livres e o Fortalecimento da Economia Criativa e Solidária em ações do poder público

3 Criação de programas e espaços de letramento, pesquisa e experimentação

PROPOSTA 1

Determinar a reconfiguração do Conselho Nacional de Políticas Culturais a ser composto por mais 11 (onze) assentos representando: 1) Cultura dos Campo/Agricultura familiar, 2) Assentamentos de Reforma Agrária, 3) Povos das Águas, 4) Povos das Florestas, 5) Povos Ciganos, 6) Povos Quilombolas, 7) Povos de Comunidades Tradicionais (PCTs), 8) Cultura Alimentar. 9) LGBTQIAPN+, 10) pessoa idosa, 11) caipira, 12) parteiras/raizeira e benzedeira;

PROPOSTA 2

Garantir a elaboração, criação e implementação, na Política Nacional de Cultura Viva, de um Programa Nacional de Cultura dos povos do Campo, das Águas e das Florestas, que considere a diversidade dos sujeitos e segmentos que o compõem – indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, agricultores familiares, povos das águas e demais comunidades tradicionais –, sua diversidade geracional, de gênero, racial, étnico e afetivo sexual;

PROPOSTA 3

Garantir imediata inserção e participação dos segmentos dos povos do Campo, das Águas e das Florestas nas políticas culturais existentes, contemplando a diversidade dos sujeitos e criação de novas políticas;

PROPOSTA 4

Garantir a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais



C)

CONVIDADAS	PONTOS FOCAIS	RELATORIAS
	Mariele	
	Mukaila (DSNC)	

	Junior(DSNC)	<u>Relatoria Igualdade Racial</u>
	Sebastião Soares e Gisele Dupin(SCDC)	<u>Relatoria Culturas Populares e Tradicionais</u>

Luci Sousa (SNC)

Deryk Santana e ângelo (SEFIC)

	Naine Terena (SEFLI)	
	Vinicius (DSNC)	

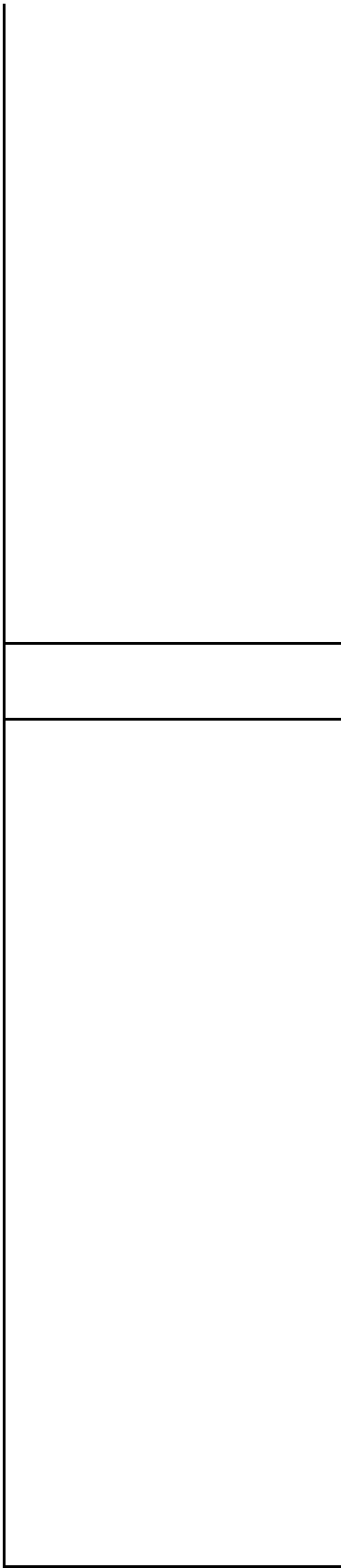
	Xauí Azevedo (SCC)	
	Evelaine Martinez (SCC)	
	Naine Terena (SEFLI)	
	Karina(SCDC)	
	Luci (DSNC)	

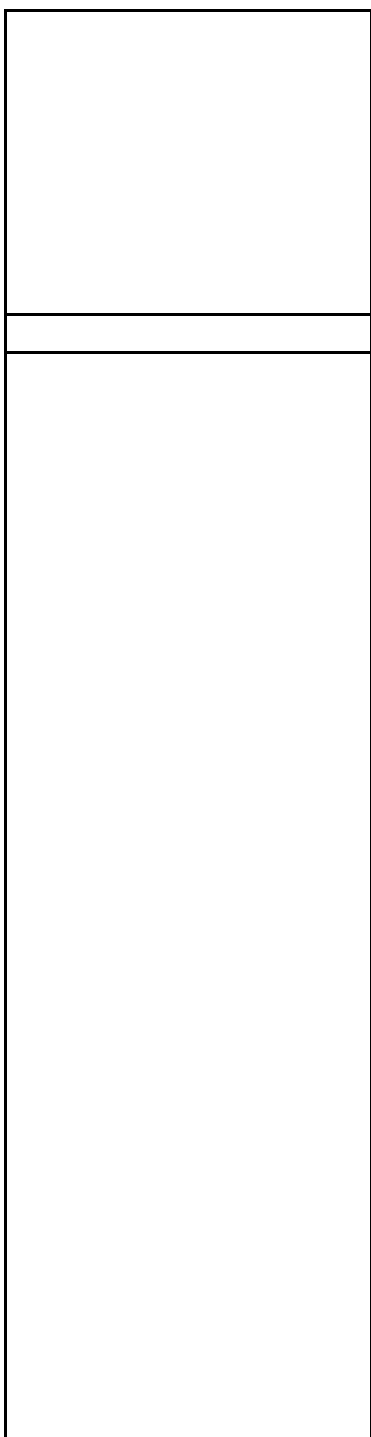
	Karina Gama (SCDC)	
--	--------------------	--

LINK PARA FOTOS

LINK PARA FOTOS -

[https://drive.google.com/drive/folders/1eBCB4O09Jy - ViMAXjpP0t1q_jRlbVEN?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1eBCB4O09Jy-ViMAXjpP0t1q_jRlbVEN?usp=drive_link)







ESTADO	DATA DA ETAPA ESTADUAL	Sociedade Civil
Acre	06, 07 e 08/12/2023	27
Alagoas	04 e 05/12/2023	
Amapá	26 e 27/01/2024	
Amazonas	21, 22 e 23/01/2024	
Bahia	8/12/2023 0:00	40
Ceará	30 a 03/12/2023	
Distrito Federal	27 e 28/01/2024	
Espírito Santo	2/12/2023	
Goiás	04 e 05/12/2023	
Maranhão	11/1/2024	
Mato Grosso	24 a 26/10/2023	
Mato Grosso do Sul	20 a 22/11/2023	
Minas Gerais	20, 21 e 22/11/2023	
Pará	28 a 30/11/2023	
Paraíba	16 a 18/11/2023	
Paraná	04 e 05/12/2023	
Pernambuco	24 a 26/11/2023	
Piauí	6/12/2024 4:00	
Rio de Janeiro	23, 24 e 25/01/2024	
Rio Grande do Norte	8/12/2023 6:00	
Rio Grande do Sul	25 e 26/01/2024	
Rondônia	06, 07 e 08/12/2023	
Roraima	01 e 02/12/2023	
Santa Catarina - Florianópolis	22 a 24/01/2024	
São Paulo	17 e 18/01/2024	
Sergipe	22/11/2023	
Tocantins	06 e 07/12/2023	

as Estaduais (Relatórios)

SCC) e Mukaila Manika (DSNC/SCC)

COTAS	Setoriais
-	-

LINK PARA RELATORIAS

-

